



Relatório e Contas

EuroBIC Brasil Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Fundo Harmonizado

31 de dezembro de 2021

Heed Capital SGOIC, S.A.

Sede: Rua Alexandre Herculano nº 25 – 4º andar, 1250-008 Lisboa
Capital Social: 1.206.000 euros
Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.heedcap.com

www.eurobic.pt

1. CARACTERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

A constituição do Fundo foi autorizada, por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em 4 de agosto de 2011, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 30 de agosto de 2011.

O Fundo constituiu-se como um Fundo Especial de Investimento Aberto, não harmonizado, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Alternativo Aberto nos termos do nº 2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 2/2015.

Até 27 de julho de 2017 a denominação do fundo foi "Banco BIC-Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto" a qual nesta data, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, foi alterada passando a denominar-se "EuroBic Brasil – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto".

Em 21 de dezembro de 2019 procedeu-se, nos termos e para os efeitos dos artigos 96.º e seguintes do Regulamento da CMVM nº 2/2015, à sua transformação, até esse momento um organismo de investimento coletivo alternativo em valores mobiliários (não harmonizado), em organismo de investimento coletivo em valores mobiliários (harmonizado) e passando a denominar-se por "EuroBic-Brasil Fundo de Investimento Mobiliário Aberto", adiante designado por "Fundo".

A transformação visou a simplificação da política de investimento do Fundo através do reforço dos limites de diversificação ao investimento, nomeadamente os previstos na subsecção II da secção I do capítulo II do título II do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro ("RGOIC").

Adicionalmente nesta data o Fundo alterou a periodicidade de cálculo do valor da unidade de participação, que até esse momento era semanal, para diário, conseqüentemente alterando a valorização para efeitos de subscrição ou resgate contribuindo decisivamente para o aumento da liquidez do Fundo em benefício dos seus participantes.

O Fundo é administrado pela Heed Capital SGOIC, S.A., anteriormente denominada Dunas Capital – Gestão de Activos - SGOIC, S.A. ("sociedade gestora") e a entidade depositária dos valores mobiliários é o Banco BIC Português, S.A. ("depositário").

As entidades comercializadoras são a Heed Capital SGOIC, S.A., na sua sede na Rua Alexandre Herculano nº 25 – 4º andar, em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Av. António Augusto Aguiar, 132, em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa, o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707 e o Banco Invest, S.A., na sua sede na Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 11º andar, em Lisboa, através dos seus balcões e através do site www.bancoinvest.pt, para os clientes que tenham aderido a este serviço.

A gestão da carteira de ativos do Fundo foi, inicialmente, subcontratada pela sociedade gestora à BRZ Investimentos Ltda., que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr. 758 conj. 52, São Paulo, tendo cessado o contrato com esta entidade em 28 de fevereiro de 2018.

A partir de 1 de março de 2018, a gestão da carteira de ativos do Fundo foi subcontratada à Tagus Investimentos Ltda. que é uma sociedade constituída de acordo com a legislação brasileira e tem sede na Praia de Botafogo, 300 – Botafogo, Rio de Janeiro.

Os serviços de gestão de carteira subcontratados consubstanciam-se, principalmente, na escolha dos ativos que compõem o património do Fundo.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, quer de rendimento fixo, quer de rendimento variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Assim, os principais ativos serão obrigações e outros títulos de dívida emitidos por empresas brasileiras e títulos de dívida emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro.

A moeda de referência do Fundo é o dólar dos Estados Unidos.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe em obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo, haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares.

Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, *american depositary receipts* (ADR's) e *exchange trade funds* (ETF's).

Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar americano, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda, em reais ou em euros.

A política de investimento do Fundo será orientada de forma a assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção, em permanência, de pelo menos dois terços do valor líquido global do Fundo aplicado em instrumentos do mercado monetário, títulos de dívida pública e privada, títulos de participação e unidades de participação de outros OIC, OEI e ETF's.

A sociedade gestora poderá efetuar cobertura de risco cambial quando entender oportuno.

O Fundo não privilegia, em termos de investimento, setores económicos específicos.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo destina-se a investidores com tolerância ao risco que assumam uma perspectiva de valorização do seu capital no médio/longo prazo e, como tal, estejam na disposição de imobilizar as suas poupanças por um período mínimo recomendado de 3 anos.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo tem como *benchmark* a *US Dollar Libor 6 Meses + 3,00%*.

A taxa Libor 6 meses é a taxa de juro de referência para o dólar norte-americano utilizada nos mercados financeiros e reconhecida como representativa das condições de mercado, fixada diariamente para o prazo de 6 meses.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A sociedade gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do prospeto do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

As condições de investimento em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 31 de dezembro de 2021

Subscrição inicial	1.500 USD	Prazo Liq. Subscrição	D+1
Investimentos adicionais	100 USD	Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões

Subscrição	0%	Gestão Fixa **	1%
Resgate **	até 180 dias - 1%	Variável **	*
	após 180 dias - 0%	Depositário **	0,20%

* 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark* com *high watermark*, ou seja, quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a US Dollar Libor 6 Meses+ 3,00% em cada ano após a constituição do Fundo.

** Sobre esta comissão recai, desde o dia 1 de janeiro de 2019, imposto de selo à taxa legal em vigor.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO – PRINCIPAIS TEMAS

Estados Unidos

Os mercados desenvolvidos tiveram mais um bom ano, em 2021, acentuando o seu descolamento em relação aos emergentes, porém, parece-nos que esse movimento pode estar perto de uma importante reversão, dado que o quadro inflacionário global vem se agravando nos últimos tempos, especialmente pós pademia, e isso pegará os mercados desenvolvidos atrasados em seus ciclos de aperto monetário, mas os emergentes não. Enquanto Europa e Japão seguem com juros em terreno negativo e os EUA ainda debatem a possibilidade de subir taxas, a situação dos emergentes é bem diferente, com alguns já, conforme é o caso brasileiro, passando a casa de dois dígitos ao ano.

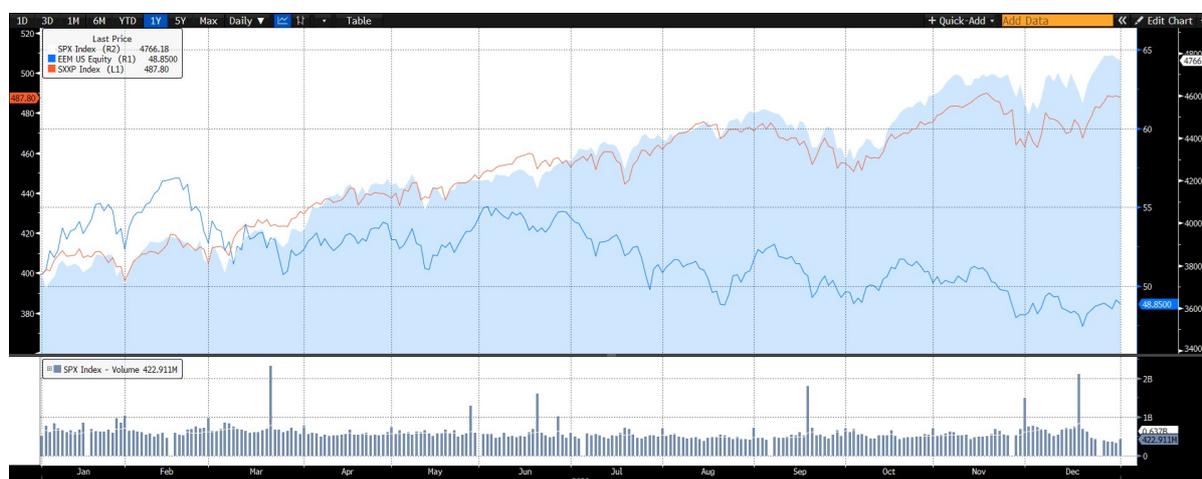
Essa é uma situação já usual e comum, com a maioria das economias latinas trabalhando em patamares ao redor de 8 a 10%aa, seguidos por outros emergentes tais como África do Sul caminhando para patamares também semelhantes. No caso dos EUA a expectativa atual é de que se chegue com relativa rapidez ao patamar de 2%aa. Esse processo causará ajustes importantes tanto no fluxo de investimentos – dada a

perspectiva de economias mais equilibradas e com maior potencial de retoma na arena emergente, como também descolamento entre os desenvolvidos, dado o futuro descolamento de taxas entre EUA e demais desenvolvidos.

O ambiente pós pandemia tem trazido surpresas interessantes, com um novo panorama bem mais animador para os mercados de *commodities*. Parte disso deve-se ao cenário de ruptura em algumas cadeias produtivas importantes e outra parte deve-se ao *life style* pós pandemia, que alterou a procura e o perfil de produto dos mercados residenciais ao redor do mundo com uma nova dinâmica de vida onde as pessoas trabalham de casa, preferem morar mais longe, porém com melhor preço e maior conforto e, por fim, precisam equipar suas casas para outro tipo de uso, com uma procura cada vez maior de energia e conectividade.

Esse novo quadro, pós pandemia, promete apresentar novas perspectivas e oportunidades para diferentes mercados e diferentes geografias, diante de um novo cenário estrutural baseado em *home office*, *home-schooling*, *home fitness*, etc., não sendo claro ainda como isso se dará no longo prazo e quem serão os novos vencedores.

Desempenho S&P 500 X Stoxx 600 X EEM



Fonte: Bloomberg

Europa

No caso dos mercados europeus a situação parece ainda mais desafiadora do que nos EUA, visto que é um mercado menos autosuficiente em *commodities*, sofrerá com mais força o impacto da pressão de custos tanto pela via da ineficiência das cadeias produtivas com eventuais restrições de acesso, quanto pela via dos custos com o choque de preços. No tocante a inflação a Europa está bem mais atrasada que os EUA na perspectiva de ajuste do seu ciclo monetário e assim deverá seguir por um bom tempo, dados os sinais que se observam atualmente vindos do BCE.

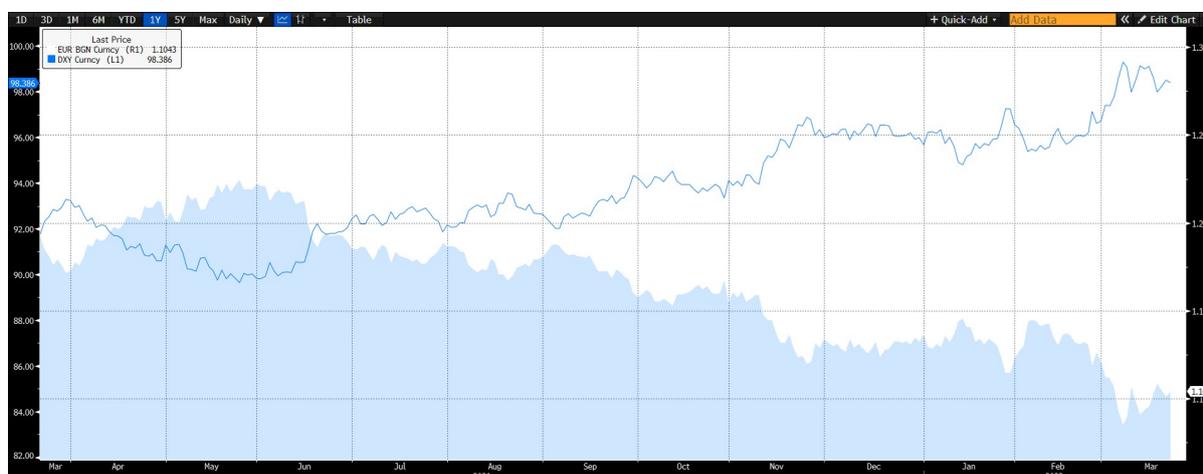
Sendo assim, é de se esperar que haja um ajuste relativo na moeda, deixando o Euro sob alguma pressão, agravando potencialmente ainda mais o atual quadro inflacionário.

Isso deverá trazer implicações interessantes em termos de fluxos e *valuations* para os mercados europeus, visto que no *round* passado de progresso competitivo das economias desenvolvidas, guiado pelas *tech companies* relacionadas aos seguimentos de *sharing economy*, *e-commerce*, *cloud*, etc, a Europa ficou para trás, claramente perdendo mercado e relevância global para as empresas asiáticas, particularmente as companhias coreanas e chinesas.

Esse quadro parece confirmar que estamos num momento histórico bem importante, na ante-sala de uma mudança secular daquelas raras de se ver, onde deverá ocorrer uma alteração da geoeconomia global que conhecemos, tornando o mundo mais multipolar, com papel diferenciado para os *players* asiáticos, que absorverão o espaço anteriormente ocupado por países e empresas europeias. Isso deverá implicar aumento do protecionismo, que seria uma volta ao passado no que se refere aos meios de troca e transações comerciais, e talvez elevando os problemas fiscais de vários países da UE que já têm fortes pressões sobre seus balanços em função da pandemia.

Naturalmente isso trará implicações para a moeda e *valuations* dos mercados europeus, mas em contrapartida reativará os *animal spirits* do empreendedorismo da região em prazos mais longos, quiçá resgatando laços mais estreitos com as economias latinas, que têm suas fortes conexões, vínculos e afinidades históricas com as suas contrapartes européias.

EUR x DXY



Fonte: Bloomberg

Commodities

Os mercados de *commodities* tiveram um ano estelar, em 2021, e voltaram ao melhor do seu brilho. Conforme comentado acima, o mundo pós pandemia trouxe novas dinâmicas às rotinas residenciais e profissionais que parece que serão muito duradouras ou talvez até permanentes. Estamos num mundo em que ao mesmo tempo que se pretende consumir cada vez mais energia e permanecer cada vez mais tempo conectado, também se quer que esse avanço se dê em bases cada vez mais ESG (*Environmental, Social and Governance*), e de preferência caminhar numa direção *oil free* pensando-se em prazos mais longos.

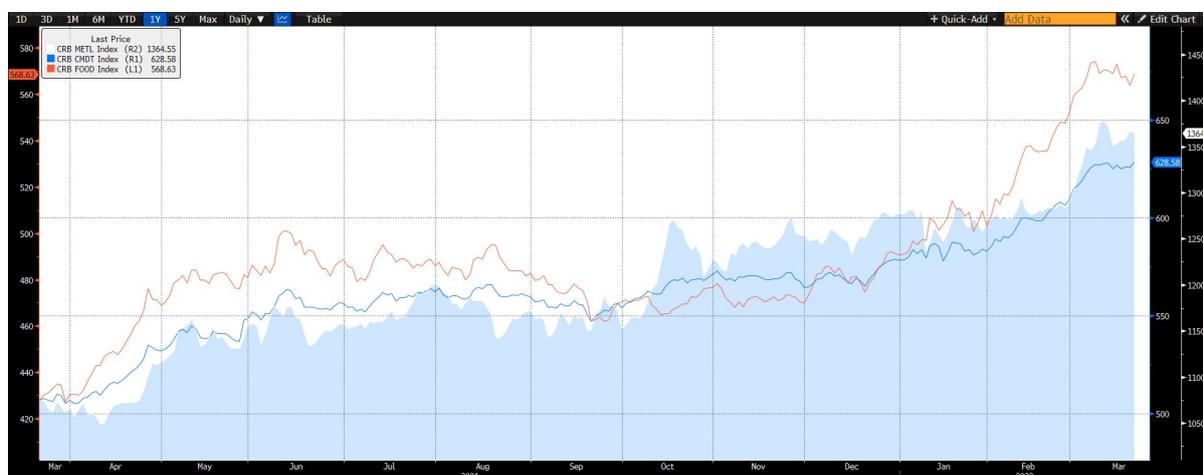
Deve-se relembrar que quando falamos dos mercados de *commodities*, em regra estamos falando de economias e geografias hostis, normalmente com regimes políticos heterodoxos, perspectivas pouco seguras de fornecimento de longo prazo, especialmente se pensarmos em *oil* – onde entram nomes como Rússia, Venezuela, Irã, entre outros. Essa é mais uma razão que intensificará o processo de avanço verde que vemos hoje em dia. De um mundo em busca de mudança de mix energético em direção a eletricidade ao invés de petróleo, porém com foco em fontes e parcerias cada vez mais verdes e mais adaptadas às práticas ESG.

Apesar de ser um pretense roteiro bonito e de nos estar trazendo para pontos mais avançados em termos civilizatórios – carro elétrico já é uma franca realidade especialmente em mercados europeus - também o avanço do 5G, alterará radicalmente a maneira de operar e otimizar certas cadeias produtivas, melhorando seu

grau de otimização. Na prática, porém, esses avanços não se darão sem custos. Antes de atingirmos esses patamares de avanço nos depararemos com o que já se chama de inflação verde – escassez de alguns produtos no campo das *commodities* por conta das já presentes restrições de oferta, que se juntam a menor fluxo de investimentos em expansão, que por sua vez não estão sendo e nem serão acompanhados de ajustes correspondentes na procura. Ou seja, o panorama de curto/médio prazo promete-nos trazer alguns solavancos nesta fase de ajustes e travessia para esse novo equilíbrio geral.

Para os países produtores de *commodities* que estiverem com a lição de casa mais em dia, isso poderá significar uma enorme oportunidade de longo prazo. Pensamos que aqui o Brasil, à luz da sua segurança jurídica e institucional, poderá aumentar sua relevância no xadrez global das *commodities* e enobrecer ainda mais as cadeias de produtos onde já atua.

CRB All x CRB Metals x CRB Food



Fonte: Bloomberg

Ambiente Económico Brasileiro

O Brasil teve uma expressiva recuperação no pós pandemia, em V, porém esbarrou nos seus usuais gargalos após essa volta. Primeiramente as restrições fiscais que seguem presentes e sofreram atrasos em seu processo de melhoria devido aos efeitos da pandemia implicaram novas expansões de balanço do setor público para endereçar as questões de saúde, e por fim o gargalo inflacionário, que já é velho conhecido dos brasileiros e naturalmente se agrava em tempos de maior fragilidade fiscal.

Apesar deste quadro mais adverso, que implicou retorno negativo do Ibovespa, no ano passado, o balanço final da pandemia claramente veio na linha de tornar as grandes empresas ainda maiores e mais dominantes e deixar um maior rastro de sofrimento nas empresas dos segmentos de médio e pequeno porte. Parte disso deve-se ao facto das empresas menores terem menos acesso a capital e não terem capacidade de emissões internacionais de dívida em momentos de maior tensão interna, mas outra parte, igualmente ou até mais importante, deve-se ao facto da maior capacidade de digitalização das grandes empresas que rapidamente conseguem ativar suas maiores e melhores escalas, além de possuírem mais *fire power* para investirem em tecnologia e desenvolvimento.

É nesse terreno de empresas que o Fundo EuroBic Brasil tem atuado, analisando companhias de médio e grande porte que tenham posição de destaque nos seus setores e comprovada capacidade de gerar lucros. Aqui podemos elencar vários nomes tradicionais do nosso portfolio, como Banco do Brasil, Brasil Foods e Petrobras,

empresas líderes e dominantes em seus ramos de negócio, mas também podemos apontar empresas mais jovens e inovadoras que vêm construindo destaques recentes, comprovando-se como ótimos investimentos no terreno da renda fixa via *bonds*, oferecendo taxas muito superiores e ótima diversificação de portfólio, onde caberia mencionar os casos de: Movida, PetroRio e Stone.

O Brasil, sofreu um atraso na sua agenda econômica com as contingências da pandemia e agora irá deparar-se com uma nova agenda eleitoral, em outubro 2022. Isso trará novamente ao debate, tanto político quanto econômico, o roteiro a ser perseguido nas agendas e como o Brasil deverá se inserir nessa nova dinâmica global pós pandemia. O atual roteiro de menos estado e mais privatizações pode criar boas perspectivas de inserção global.

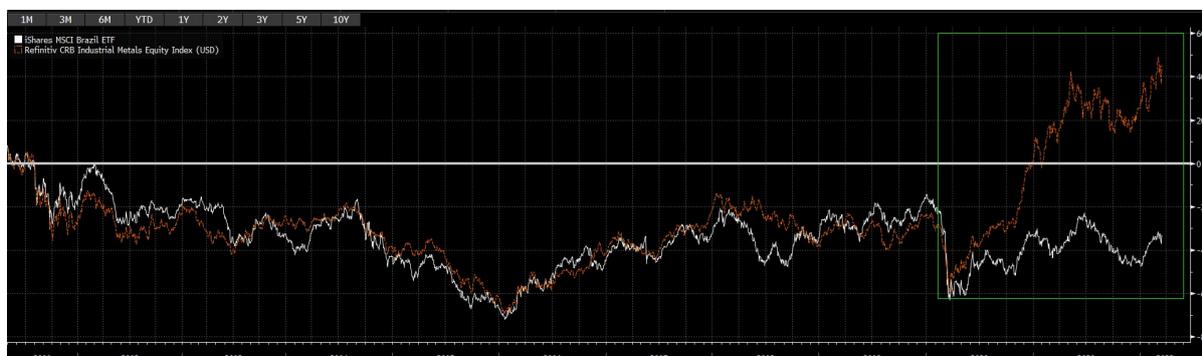
Alguns ajustes já estão em pleno andamento, a autonomia do Banco Central permitiu que o Brasil passasse pela pandemia e iniciasse o seu ajuste de juros sem grandes desancoragens nas expectativas de inflação, nada que o distinga negativamente dos demais emergentes, e por fim, apesar das conturbações recentes, a agenda de privatizações segue seu calendário, com clara perspectiva de se avançar na privatização da Eletrobras ainda no 1º semestre de 2023.

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

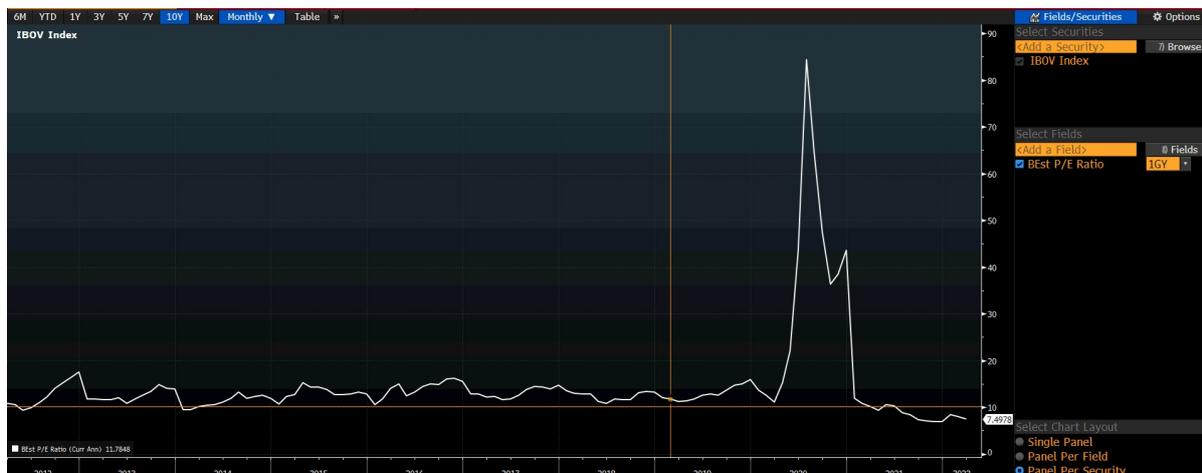
Sobre as movimentações de carteira, vale a pena referir que, apesar do mau ambiente para emergentes, em 2021, obtivemos uma performance ligeiramente negativa, no Fundo, dado que conseguimos no meio do ano fazer um bom movimento de proteção reduzindo sensivelmente a carteira de ADRs, de um patamar próximo de 29% do VLGF para perto de 13%. Parte disso deveu-se a dúvidas nossas sobre os impactos de novas ondas da pandemia, bem como posicionamento mais ou menos agressivo do FED em seu ajuste de juros, duas hipóteses que abalaram os mercados aquela altura, mas nos afetaram pouco. De setembro em diante, fizemos reposicionamento das posições de ADRs com rebalanceamento das participações, menos *commodities* e mais exposição a atividade doméstica, o que acabou favorecendo sensivelmente o Fundo em relação aos seus *benchmarks*. Optamos por posicionamentos em Gol Linhas Aéreas e Eletrobras, que nos parecem ter boas perspectivas no cenário de médio/longo prazo. No terreno dos *bonds*, conforme comentado acima, adicionamos posições em PetroRio e Stone com retornos recorrentes mais próximos de 6%aa.

Neste momento o Ibovespa parece oferecer uma excelente perspectiva de risco x retorno dado que ainda não houve o *catch up* com os índices globais de *commodities*, com os quais ele é altamente correlacionado, e por fim, em termos de múltiplos também estamos em patamares próximos de mínimos históricas, o que cria uma clara oportunidade de valorização para prazos mais longos, das ações brasileiras.

Ibov x CRV Metals



P/E Ibov



Fonte: Bloomberg

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 31 de dezembro de 2021, o montante do valor líquido do inventário é de 8.247.085 USD, sendo o valor da unidade de participação de 140,9785 USD e havendo em circulação 58.498,8633 unidades de participação.

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do patrimônio do fundo com referência a 31 de dezembro de 2021:

Rubrica	Montante
Valores mobiliários	\$7 410 707
Saldos bancários	\$809 740
Outros Ativos	\$70 771
Total Ativos	\$8 291 217
Passivo	\$44 133
Valor Líquido do Inventário	\$8 247 084

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2021:

Mês	Valor da UP	Nº de UP's	Montante sob gestão
janeiro	140,0485	106 515,6535	\$14 917 361
fevereiro	138,8633	106 502,4618	\$14 789 284
março	139,7316	56 627,4618	\$7 912 651
abril	141,6766	56 781,2157	\$8 044 574
maio	147,5139	57 327,0759	\$8 456 544
junho	151,0116	57 327,0759	\$8 657 054
julho	149,3959	58 414,5293	\$8 726 893
agosto	149,3879	58 414,5293	\$8 726 429
setembro	146,8543	58 488,4115	\$8 589 278
outubro	139,5629	58 488,4115	\$8 162 814
novembro	138,1959	58 594,0432	\$8 097 458
dezembro	140,9785	58 498,8633	\$8 247 085

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes:

	2021	2020	2019	2018	2017
Volume Total sob Gestão	\$8 247 085	\$15 281 408	\$15 259 275	\$14 712 161	\$12 168 687
Valor das UP's	\$140,9785	\$143,4149	\$139,5902	\$120,4951	\$119,5278
Nº de UP's	58 498,8633	106 553,7682	109 314,7281	122 097,5359	101 806,2730
Nº Participantes	91	93	115	29	15

Desde o início do Fundo o valor da unidade de participação teve a evolução que é descrita pelo gráfico seguidamente apresentado:



No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 os custos com comissões de gestão e de depósito ascenderam respectivamente a 96.000 USD e 19.200 USD. Relativamente aos custos e proveitos do Fundo, os mesmos ascenderam ao montante total de 1.287.210 USD e 864.574 USD respectivamente.

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do total de proveitos e custos e comissões de gestão e depósito suportadas:

	2021	2020	2019	2018	2017
Proveitos (totais)	\$864 574	\$3 300 968	\$2 862 936	\$870 133	\$1 299 065
Custos (totais)	\$1 287 210	\$2 923 391	\$503 252	\$735 910	\$219 209
Comissão de gestão					
- Fixa	\$96 000	\$133 988	\$163 192	\$135 523	\$117 847
- Variável	\$0	\$20 343	\$135 880	\$0	\$0
Comissão de depósito	\$19 200	\$26 798	\$32 639	\$27 105	\$23 569
Comissões de transacção	\$19 951	\$11 882	\$6 014	\$5 056	\$3 324

2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

De seguida apresentam-se as medidas de rentabilidade e risco do Fundo:

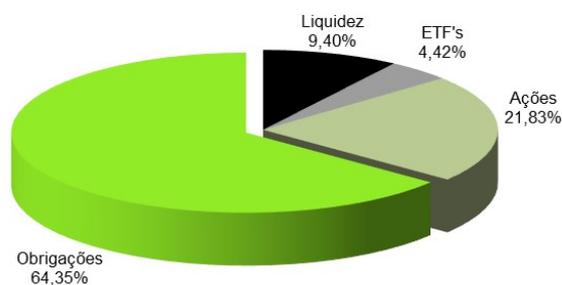
	2021	2020	2019	2018	2017
Rendibilidade	-1,70%	2,74%	15,85%	0,81%	9,74%
Risco	4	7	4	4	3

Acresce referir, dando cumprimento ao disposto no art. 72º do Regulamento nº 2/2015 da CMVM:

- a) a rentabilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);
- b) As rentabilidades apresentadas não incluem comissões de subscrição e/ou resgate e têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e/ou semestre, conforme aplicável, e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;
- c) As rentabilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominado o Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Principais activos em carteira	%
UNIGE 8 3/4 2026 10 01	7,22%
MOVIBZ 5 1/4 2021 08 02	6,92%
BANVOR 8 1/4 PERP	6,28%
PRUPAR 7 1/2 2031 12 31	5,96%
AZULB 7 1/4 2026 06 15	5,61%
Total	31,99%



2.6. MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÕES PAGAS PELA SOCIEDADE GESTORA AOS SEUS COLABORADORES

No exercício de 2021 a sociedade gestora do Fundo, Dunas Capital – Gestão de Activos – SGOIC, S.A. registou um custo total com remunerações dos seus colaboradores no montante de 480.984 € o qual se desagrega da seguinte forma:

	Colaboradores	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis
Orgãos de Gestão	3	273 625 €	-----
Colaboradores	7	207 359 €	-----
	10	480 984 €	-----

Durante o exercício de 2021 o montante total de remunerações pagas aos responsáveis pela gestão de carteiras ascendeu ao montante total de 135.100 €.

2.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de DEZEMBRO de 2021 o Fundo não tinha posições em aberto com instrumentos derivados.

2.8. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS DO OICVM

Os movimentos ocorridos nos ativos do Fundo durante o ano de 2021 foram os que se seguidamente se discriminam:

Rubrica	Montante
Rendimento do investimento	\$535.150
Custos de gestão	-\$96.000
Custos de depósito	-\$19.200
Outros encargos, taxas e impostos	-\$37.438
Custos de negociação	-\$19.951
Aumento ou diminuição da conta de capital	\$0
Resultado Líquido	-\$422.636
Mais ou menos valias de investimento	-\$792.343
Alteração que afete os ativos e passivos	\$7.146

2.9. PERSPETIVAS PARA 2022

2022 será um ano muito importante para os mercados globais, especialmente para o Brasil. Além do ajuste de juros nos EUA, estaremos por aqui saindo e deixando de vez para trás as contingências da pandemia, estaremos encerrando o ciclo de ajuste de juros por parte do Banco Central do Brasil e por fim nos depararemos com a disputa da eleição presidencial, de outubro 2022, onde independente de quem se sagre vencedor, teremos a definição do avanço, ou não, da atual agenda de reformas do estado brasileiro, que recentemente tem nos trazido privatizações e maior abertura comercial.

Esta agenda atravessa temas importantes, tanto no campo da infraestrutura quanto do emprego, passando pela privatização do setor de saneamento, já em andamento, e de segmentos e pedaços da Petrobras (distribuição de combustíveis e gasodutos), e por fim, Eletrobras. Essa agenda pode ser algo transformacional a longo prazo para o Brasil criando o choque definitivo de reprecificação de custo de capital e produtividade que o país precisa.

O Fundo está calibrado para isso, mirando empresas sólidas, bem geridas e com histórico de qualidade em seus resultados. Nomes que poderão se apresentar como grandes vencedores numa agenda de avanço de produtividade e maior abertura do país.

2.10. PERSPETIVAS PARA 2022

Apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, o impacto efetivo do conflito armado que se iniciou em território ucraniano a 24 de fevereiro de 2022, entre a Rússia e a Ucrânia, é provável que o mesmo venha a ter repercussões sobre a atividade da Sociedade, designadamente face ao agravar do contexto macroeconómico que esta situação tem vindo a provocar, através de um forte aumento do preço de um conjunto de matérias-primas a nível global e dos eventuais impactos no crescimento económico mundial e, em particular, na Europa. A Sociedade está ativamente a monitorizar esta situação e, apesar da imprevisibilidade da mesma a esta data, consideramos que não impacta as demonstrações financeiras da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.11. NOTAS FINAIS

O Prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da sociedade gestora ou nos balcões do depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente

Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Vogal

Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de dezembro de 2021
(montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)*

EUROBIC BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (Dólares dos Estados Unidos)	Valor Total (Dólares dos Estados Unidos)	% VLGF
A - Composição discriminada da carteira dos organismos de investimento coletivo (OIC)						
1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS EM MERCADO REGULAMENTADO						
1.3 Mercados regulamentados de Estado-membro						
1.3.3 Obrigações diversas						
AZULB 7 1/4 06/15/26	500.000	92,17%	USD	1.510	462.350	5,61%
BANVOR 8 1/4 PERP	500.000	103,04%	USD	2.635	517.845	6,28%
BEEFBZ 4 3/8 3/18/31	300.000	95,38%	USD	3.719	289.868	3,51%
BTGPBZ 7 3/4 02/15/29	300.000	105,31%	USD	8.719	324.646	3,94%
HIDRV5 4.95 02/08/31	400.000	91,64%	USD	7.810	374.350	4,54%
ITAU 6 1/8 PERP	400.000	100,75%	USD	1.225	404.237	4,90%
1.5 Mercados regulamentados de países terceiros						
1.5.3 Obrigações diversas						
LIGTBZ 4 3/8 6/18/26	400.000	100,36%	USD	583	402.031	4,87%
PRIOBZ 6 1/8 6/09/26	300.000	99,64%	USD	1.072	299.992	3,64%
UNIGE 8 3/4 10/01/26	550.000	106,14%	USD	11.898	595.662	7,22%
1.5.4 Ações						
Banco Bradesco SA	93.000	3,42	USD		318.060	3,86%
BRF SA	60.000	4,09	USD		245.400	2,98%
Cosan SA	15.000	15,67	USD		235.050	2,85%
Eletrobras ADR	55.000	6,09	USD		334.950	4,06%
Gol Linhas Aereas In	54.000	6,05	USD		326.700	3,96%
1.5.10 Outros instrumentos financeiros						
IShares MSCI Brazil	13.000	28,07	USD		364.910	4,42%
1.6 Sistemas de negociação multilateral de países terceiros						
1.6.4 Ações						
Banco do Brasil SA	66.000	5,15	USD		339.900	4,12%
2. OUTROS VALORES						
2.2 Instrumentos financeiros estrangeiros não negociados em mercado regulamentado						
2.2.3 Obrigações diversas						
BRSRBZ 5 3/8 1/28/31	400.000	97,10%	USD	9.078	397.466	4,82%
MOVIBZ 5 1/4 2/08/31	600.000	92,99%	USD	12.425	570.347	6,92%
PRUPAR 7 1/2 12/31/31	454.436	108,10%	USD	0	491.223	5,96%
STNE 3.95 06/16/28	200.000	88,20%	USD	307	176.701	2,14%
7. LIQUIDEZ						
7.1 À vista						
7.1.2 Depósitos à ordem						
BIC 0%			USD		816.777	9,90%
BIC 0%			EUR		2.752	0,03%
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR						
9.2 Valores passivos						
Valores passivos	-35.120		USD		-35.120	-0,43%
Valores passivos	-9.013		EUR		-9.013	-0,11%
B - Valor Líquido Global do OIC:					8.247.085	100,00%
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					58.498,8633	

EUROBIC - BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS									
DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES SOBRE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2021	2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2021	2020
911	OPERAÇÕES CAMBIAIS À vista (Spot)		-	-	911	OPERAÇÕES CAMBIAIS À vista (Spot)		-	-
925	OPERAÇÕES SOBRE TAXA DE JURO Futuros		-	-	925	OPERAÇÕES SOBRE TAXA DE JURO Futuros		-	-
935	OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES Futuros		-	-	935	OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES Futuros		-	-
	TOTAL DE DIREITOS		-	-		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		-	-

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 de DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Nota	2021	2020	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Nota	2021	2020
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Comissões e taxas					Juros e proveitos equiparados			
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	5	19.951	11.882	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	5	422.445	636.615
724+...+728	Outras, de operações correntes	5	132.081	199.999	811+814+817+818	Outros, de operações correntes		-	-
	Perdas em operações financeiras					Rendimentos de títulos e outros ativos			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	5	1.113.713	2.686.557	822+...+824/5	Da carteira de títulos e outros ativos	5	112.705	68.484
731+738	Outras, de operações correntes	5	842	709		Ganhos em operações financeiras			
739	Em operações extrapatrimoniais	5	66	43	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	5	321.805	2.566.497
	Impostos				831+838	Outros, em operações correntes	5	463	28.924
7411+7421	Impostos sobre o rendimento	9	10.623	9.874	839	De operações extrapatrimoniais	5	10	12
7412+7422	Impostos indiretos	9	9.609	14.135		Reposição e anulação de provisões			
	Provisões do período				851	Provisões para encargos		4.924	-
751	Provisões para encargos				87	Outros proveitos e ganhos correntes		0	437
77	Outros custos e perdas correntes		326	192					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		1.287.210	2.923.391		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		862.353	3.300.968
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
788	Outros custos e perdas eventuais		-	-	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		2.221	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		2.221	-
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		-	377.578	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		422.636	-
	TOTAL		1.287.210	3.300.968		TOTAL		1.287.210	3.300.968
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos		(276.708)	573.157	D-C	Resultados eventuais		2.221	-
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		(57)	(32)	B+D-A-C+74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		(402.404)	401.586
B-A	Resultados correntes		(424.857)	377.578	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do período		(422.636)	377.578

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS MONETÁRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	2021	2020
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	294.096	24.599
Comissões de unidades de participação	-	437
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(6.906.618)	(379.208)
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(6.612.522)	(354.172)
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>		
Recebimentos:		
Venda de títulos	14.195.508	6.115.319
Reembolso de títulos e outros ativos	1.195.385	241.554
Rendimento de títulos e outros ativos	120.589	58.474
Juros e proveitos similares recebidos	502.243	662.740
Outros recebimentos relacionados com a carteira	-	15.752
Pagamentos:		
Compra de títulos	(9.946.890)	(6.022.660)
Comissões de corretagem	(9.282)	(8.347)
Outras taxas e comissões	(10.669)	(3.535)
Outros pagamentos relacionados com a carteira	(6.208)	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	6.040.676	1.059.298
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos		
Operações cambiais	473	28.935
Pagamentos		
Operações cambiais	(908)	(752)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	(436)	28.183
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(241.700)	(140.597)
Comissão de depósito	(24.030)	(20.925)
Impostos e taxas	(15.750)	(19.182)
Outros pagamentos correntes	(24.657)	(6.967)
Fluxo das operações de gestão corrente	(306.138)	(187.671)
Disponibilidades no início do período	1.688.159	1.142.521
Saldo dos fluxos de caixa do período	(878.419)	545.638
Disponibilidades no fim do período	809.740	1.688.159

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

A constituição do “EuroBic - Brasil - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 4 de agosto de 2011, tendo iniciado a sua atividade em 30 de agosto de 2011.

O Fundo constituiu-se como um Fundo Especial de Investimento Aberto, não harmonizado, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Alternativo Aberto nos termos do nº 2 do artigo 2º do Regulamento da CMVM nº 2/2015.

Até 27 de julho de 2017 a denominação do fundo foi “Banco BIC-Brasil - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto” a qual nesta data, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, foi alterada passando a denominar-se “EuroBic Brasil – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto”, adiante designado por “Fundo”.

Em 21 de dezembro de 2019, a CMVM aprovou, nos termos e para os efeitos dos artigos 96.º e seguintes do Regulamento da CMVM nº 2/2015, o processo de transformação do Fundo em organismo de investimento coletivo em valores mobiliários (harmonizado), passando este a denominar-se por “EuroBic - Brasil - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto”.

É um Fundo, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos do mercado brasileiro, de rendimento fixo e variável, com predominância para os ativos de rendimento fixo. Os principais ativos serão obrigações e títulos de dívida de empresas brasileiras e do Tesouro Nacional Brasileiro, podendo, contudo, haver um investimento até 30% do valor líquido global do Fundo em ações ou valores mobiliários similares. Poderão ser realizados investimentos no mercado brasileiro ou fora do mercado brasileiro, mas com exposição ao mesmo, através de obrigações, American depositary receipts (ADRs) e Exchange-trade funds (ETFs). Apesar da moeda de referência do Fundo ser o dólar dos Estados Unidos, os ativos podem ser adquiridos nessa moeda, em reais ou em euros.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Heed Capital SGOIC, S.A., anteriormente, com a denominação de Dunas Capital - Gestão de Activos – SGOIC, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de Banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português, S.A. (EuroBIC).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O patrimônio do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de cem dólares dos Estados Unidos.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia do pedido e divulgado no dia seguinte (até 21 de dezembro de 2019, era o valor que fosse apurado na avaliação semanal do Fundo imediatamente seguinte ao dia do pedido), pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Número de unidades de participação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.931.473	(148.913)	2.117.031	2.359.684	15.259.275	109.314,7281	139,5902
Subscrições	18.202	6.397	-	-	24.599	182,0158	-
Resgates	(294.298)	(85.746)	-	-	(380.044)	(2.942,9757)	-
Transferências	-	-	2.359.684	(2.359.684)	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	377.578	377.578	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.655.377	(228.262)	4.476.715	377.578	15.281.408	106.553,7682	143,4149
Subscrições	199.005	95.091	-	-	294.096	1.990,0464	-
Resgates	(5.004.495)	(1.901.288)	-	-	(6.905.783)	(50.044,9513)	-
Transferências	-	-	377.578	(377.578)	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	(422.636)	(422.636)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.849.886	(2.034.458)	4.854.293	(422.636)	8.247.085	58.498,8633	140,9785

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre, nos exercícios de 2019 a 2021, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2021	março	7.912.651	139,7316	56.627,4618
	junho	8.657.054	151,0116	57.327,0759
	setembro	8.589.278	146,8543	58.488,4115
	dezembro	8.247.085	140,9785	58.498,8633
2020	março	10.651.162	99,4575	107.092,4935
	junho	12.523.770	117,0738	106.973,2144
	setembro	13.296.056	124,6725	106.647,7970
	dezembro	15.281.408	143,4149	106.553,7682
2019	março	15.428.206	126,3494	122.107,4695
	junho	16.725.837	133,2708	125.502,5720
	setembro	16.714.636	133,2210	125.465,4189
	dezembro	15.259.275	139,5902	109.314,7281

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número de participantes em função do valor líquido global do Fundo apresentava o seguinte detalhe:

	2021	2020
Superior a 25%	2	2
Entre 10% e 25%	-	1
Entre 0,5% e 2%	3	1
Até 0,5%	86	89
Total de participantes	<u>91</u>	<u>93</u>

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

O volume de transações ocorrido durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida pública	-	-	-	-	-	-
Obrigações diversas	-	6.959.023	-	9.510.618	-	16.469.641
Acções	2.581.751	-	2.697.320	-	5.279.071	-
Outros títulos de capital	402.709	-	1.987.571	-	2.390.280	-
	<u>2.984.460</u>	<u>6.959.023</u>	<u>4.684.891</u>	<u>9.510.618</u>	<u>7.669.350</u>	<u>16.469.641</u>

	2020					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida pública	-	143.179	-	1.019.665	-	1.162.843
Obrigações diversas	-	2.549.150	-	1.647.369	-	4.196.519
Acções	2.047.360	-	1.145.794	-	3.193.154	-
Outros títulos de capital	1.282.971	-	2.302.491	-	3.585.462	-
	<u>3.330.331</u>	<u>2.692.329</u>	<u>3.448.285</u>	<u>2.667.034</u>	<u>6.778.616</u>	<u>5.359.362</u>

Em 2021 e 2020, o valor das subscrições ascendeu a 294.096 dólares dos Estados Unidos e 24.599 dólares dos Estados Unidos, respetivamente (Nota 1).

Em 2021 e 2020, o valor dos resgates ascendeu a 6.905.783 dólares dos Estados Unidos e 380.044 dólares dos Estados Unidos, respetivamente (Nota 1).

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado nos Anexos I e II.

O movimento ocorrido na rubrica de disponibilidades durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Depósitos à ordem
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.142.521</u>
. Aumentos	545.638
. Reduções	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.688.159</u>
. Aumentos	16.697.424
. Reduções	(17.575.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u><u>809.740</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos à ordem estavam domiciliados junto do EuroBIC e eram essencialmente denominados em dólares dos Estados Unidos.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 19), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada apenas a partir da data de aquisição dos respetivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

c) Rendimento de títulos

A rubrica de rendimento de títulos e outros ativos corresponde a dividendos, os quais são registados na demonstração dos resultados do período em que são atribuídos pelo emitente.

d) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas, na data de transação, pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos últimos quinze dias;
- ii) Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização são valorizados com base no valor médio das ofertas de compra e de venda firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg (até 21 de dezembro de 2019 estes ativos eram valorizados com base no valor de ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor de ofertas de compra "BID" difundidas através dos mesmos sistemas internacionais de informação de cotações). Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações; e
- iii) Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras – na carteira de títulos e outros ativos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do ativo.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

e) Valorização das unidades de participação

Até 21 de dezembro de 2019, o valor de cada unidade de participação era calculado semanalmente, no segundo dia útil de cada semana dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. Para efeitos exclusivos de obtenção de um valor da unidade de participação no final de cada ano civil, era calculado um valor da unidade de participação no último dia de cada ano civil, sendo que tal valor não tinha qualquer relevância para efeitos de subscrições e resgates do Fundo, exceto no caso de essa data coincidir com o segundo dia útil de cada semana.

Após 21 de dezembro de 2019, o valor da unidade de participação passou a ser calculado diariamente.

O valor líquido global do Fundo corresponde ao somatório das rubricas de unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do Fundo. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão apresenta uma componente fixa calculada semanalmente, por aplicação de uma taxa anual de 1,00% sobre o valor líquido global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente, e uma componente variável de 20% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao benchmark com high water mark. Esta comissão é devida quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a US Dollar Libor 6 Meses + 3,00% em cada ano após a constituição do Fundo.

Caso a rentabilidade não seja atingida num determinado período, não havendo direito à cobrança da comissão de performance, no período seguinte esta será apurada relativamente ao objetivo traçado, acrescentando-lhe ainda a obrigatoriedade de recuperar a diferença para o objetivo não alcançado no período anterior e assim sucessivamente.

Cada uma das entidades comercializadoras poderá ser remunerada através de uma repartição parcial da comissão de gestão, a qual será determinada em função dos serviços prestados, situada entre [30% e 50%] do valor total da comissão de gestão.

A comissão de gestão é registada na rubrica "Comissões e taxas – Outras, de operações correntes" da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica "Comissões a pagar" do balanço.

Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade do Fundo, com referência à data do último aniversário do Fundo, era inferior à do *benchmark* pelo que não foi calculada comissão de performance, para o período decorrido entre 31 de agosto e 31 de dezembro de 2021.

A comissão de performance será devida em cada ano, na data de aniversário do Fundo, em 31 de agosto, caso a rentabilidade acumulada do Fundo seja superior à do benchmark nessa data.

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,20% sobre o valor líquido global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente.

A comissão de depósito é registada na rubrica "Comissões e taxas – Outras, de operações correntes" da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica "Comissões a pagar" do balanço.

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês e registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras de operações correntes”.

Até 21 de dezembro de 2019, a taxa mensal aplicável ao Fundo era de 0,0026%, com um limite mensal mínimo e máximo de 200 euros e 20.000 euros, respetivamente.

Após 21 de dezembro de 2019, com a alteração para fundo harmonizado, a taxa aplicável passou a ser 0,0012%, com um limite mensal mínimo e máximo de 100 euros e 10.000 euros, respetivamente.

Sobre a taxa de supervisão, acresce a majoração, ao abrigo da Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e do artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.

i) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não denominados em dólares dos Estados Unidos são convertidos para dólares dos Estados Unidos com base no câmbio indicativo para as operações à vista (fixing) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do período, respetivamente.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

2021							
Ganhos de capital							
	Mais	Mais	Total	Juros		Dividendos	Total
	valias potenciais	valias efetivas		Vencidos	Decorridos		
Operações à vista:							
					(Nota 18)		
Acções	8.258	263.742	272.000	-	-	78.565	350.565
Obrigações	14.913	5.718	20.631	372.753	49.692	422.445	443.076
Outros títulos de capital	-	29.174	29.174	-	-	34.140	63.315
Depósitos	-	463	463	-	-	-	463
Operações cambiais	-	10	10	-	-	-	10
	<u>23.171</u>	<u>299.107</u>	<u>322.278</u>	<u>372.753</u>	<u>49.692</u>	<u>422.445</u>	<u>857.429</u>
2020							
Ganhos de capital							
	Mais	Mais	Total	Juros		Dividendos	Total
	valias potenciais	valias efetivas		Vencidos	Decorridos		
Operações à vista:							
					(Nota 18)		
Acções	770.034	472.496	1.242.530,17	507.125	129.490	636.615	1.911.896
Obrigações	560.808	267.650	828.458,44	-	-	-	828.458
Outros títulos de capital	495.508	-	495.508,07	-	-	35.733	531.241
Depósitos	-	28.924	28.923,58	-	-	-	28.924
Operações cambiais	-	12	11,60	-	-	-	12
	<u>1.826.350</u>	<u>769.081</u>	<u>2.595.432</u>	<u>507.125</u>	<u>129.490</u>	<u>636.615</u>	<u>3.300.531</u>

CUSTOS

	2021						
	Perdas de capital			Comissões			
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Total	Vencidas	Decorridas	Total	Total
	(Notas 19 e 20)						
Operações à vista:							
Acções	218.904	284.403	503.307	-	-	-	503.307
Obrigações	142.829	238.113	380.942	-	-	-	380.942
Outros títulos de capital	100.609	128.854	229.463	-	-	-	229.463
Depósitos	-	842	842	-	-	-	842
Operações cambiais	-	66	66	-	-	-	66
Comissões:							
De gestão	-	-	-	67.855	28.145	96.000	96.000
De depósito	-	-	-	13.576	5.624	19.200	19.200
Taxa de supervisão	-	-	-	1.493	340	1.832	1.832
Da carteira de títulos	-	-	-	19.951	-	19.951	19.951
Outras comissões	-	-	-	7.387	7.662	15.049	15.049
	<u>462.342</u>	<u>652.279</u>	<u>1.114.621</u>	<u>110.261</u>	<u>41.771</u>	<u>152.032</u>	<u>1.266.653</u>
	2020						
	Perdas de capital			Comissões			
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Total	Vencidas	Decorridas	Total	Total
	(Notas 19 e 20)						
Operações à vista:							
Acções	-	567	567	-	-	-	567
Obrigações	17.299	833.543	850.842	-	-	-	850.842
Outros títulos de capital	-	1.835.149	1.835.149	-	-	-	1.835.149
Depósitos	-	709	709	-	-	-	709
Operações cambiais	-	43	43	-	-	-	43
Comissões:							
De gestão	-	-	-	120.927	33.404	154.332	154.332
De depósito	-	-	-	24.186	2.612	26.798	26.798
Taxa de supervisão	-	-	-	1.621	364	1.986	1.986
Da carteira de títulos	-	-	-	11.882	-	11.882	11.882
Outras comissões	-	-	-	288	16.596	16.884	16.884
	<u>17.299</u>	<u>2.670.010</u>	<u>2.687.309</u>	<u>158.904</u>	<u>52.977</u>	<u>211.881</u>	<u>2.899.190</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo, incluindo dos fundos de investimento mobiliário (Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

Os fundos de investimento mobiliário são sujeitos à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido, expurgado, contudo, dos rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com exclusão dos provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

Este regime apresenta uma taxa de 0,0125%, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o valor líquido global dos organismos de investimento coletivo que não invistam exclusivamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos (taxa de 0,0025% nos organismos que invistam exclusivamente nestes produtos financeiros).

A Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, veio estabelecer que a partir de 1 de janeiro de 2019 as comissões de gestão e depósito suportadas pelo Fundo estão sujeitas a Imposto do Selo à taxa de 4%.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Impostos sobre o rendimento - Impostos pagos no estrangeiro:		
. Dividendos	10.623	9.874
Impostos indiretos pagos em Portugal - Imposto do Selo	9.609	14.135
	<u>20.232</u>	<u>24.008</u>

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Fundo detinha depósitos à ordem no montante de 2.752 dólares dos Estados Unidos e 310 dólares dos Estados Unidos, expressos em euros, respetivamente.

Nesta data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os prazos residuais até à data de vencimento dos ativos com taxa de juro fixa apresentavam a seguinte composição (inclui juros corridos):

Maturidade	Valor de balanço	
	2021	2020
Até 1 ano	-	549.023
De 1 a 3 anos	-	3.107.123
De 3 a 5 anos	1.760.036	1.571.437
De 5 a 7 anos	176.701	4.260.015
Superior a 7 anos	3.369.981	-
Total	<u>5.306.718</u>	<u>9.487.599</u>

13. COBERTURA DO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição da carteira de ações e unidades de participação é apresentada nos Anexos I e II. Naquela data, o Fundo não detinha posições de cobertura em aberto de contratos de futuros de cotações.

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo no exercício de 2021, apresentam o seguinte detalhe:

Encargos	2021	
	Valor	%VLGF (1)
Comissão de gestão fixa	99.840	1,05%
Comissão de depósito	19.968	0,21%
Taxa de supervisão	1.832	0,02%
Custos de auditoria	15.049	0,16%
Imposto do selo dos OICVM	4.651	0,05%
Outros custos correntes	421	0,00%
Total	<u>141.762</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	9.506.998	
Taxa de encargos correntes (TEC)	1,49%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do VLGF relativa ao período de referência.

As taxas acima apresentadas encontram-se anualizadas.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, a comissão de depósito, a taxa de supervisão, os custos de auditoria e os outros custos correntes, num dado período, e o valor médio líquido global do Fundo nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

18. TERCEIROS - ATIVO

O saldo desta rubrica apresenta o montante a receber resultante dos dividendos de ações e ETF atribuídos em dezembro de 2021 e cuja liquidação financeira ocorreu na primeira quinzena de janeiro de 2022.

19. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Acréscimos de proveitos:		
. Juros da carteira de títulos	49.692	129.490
Despesas com custo diferido:		
. Juros da carteira de títulos	11.289	5.081
	<u>60.981</u>	<u>134.570</u>

20. TERCEIROS - PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resgates a pagar aos participantes (Nota 1)	-	835
Comissões e taxas a pagar:		
. Comissão de gestão	21.990	-
. Custos de auditoria	7.662	16.596
. Taxa de supervisão	340	364
. Comissão de depósito	4.393	7.195
	<u>34.385</u>	<u>24.155</u>
Estado e outros entes públicos		
. Imposto do Selo	1.011	1.851
	<u>35.396</u>	<u>26.841</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Resgates a pagar aos participantes” refere-se ao resgate realizado nos últimos dias do exercício de 2021 e 2020, liquidado nos primeiros dias de janeiro de 2022 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas “Comissão de gestão” e “Comissão de depósito” incluem o valor das comissões a pagar e o Imposto do Selo à taxa legalmente em vigor.

21. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

Acréscimos de custos:	2021	2020
. Comissão de gestão variável	-	162.472
. Comissão de gestão fixa	7.281	13.583
. Comissão de depósito	1.456	2.717
	<u>8.737</u>	<u>178.772</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas “Comissão de gestão fixa” e “Comissão de depósito” referem-se às comissões de gestão e de depósito e Imposto do selo à taxa legalmente em vigor, do mês de dezembro de 2021, as quais foram liquidadas pelo Fundo no 1.º semestre de 2022.

Na data de aniversário do Fundo, em 30 de agosto de 2021, a rentabilidade acumulada do Fundo foi superior à do benchmark, mas inferior à rentabilidade estimada no final do ano anterior, pelo que foi registada uma reversão da estimativa da comissão de performance do ano anterior, no montante de 4.924 euros, incluindo o respetivo Imposto do Selo.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em conformidade com o artigo 161.º da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, não ocorreram erros de valorização nos seis meses findos em 31 de dezembro de 2021.

23. NOTAS FINAIS

Situação de conflito armado na Ucrânia

Apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, o impacto efetivo do conflito armado que se iniciou em território ucraniano a 24 de fevereiro de 2022, entre a Rússia e a Ucrânia, é provável que o mesmo venha a ter repercussões sobre a atividade da Sociedade, designadamente face ao agravar do contexto macroeconómico que esta situação tem vindo a provocar, através de um forte aumento do preço de um conjunto de matérias-primas a nível global e dos eventuais impactos no crescimento económico mundial e, em particular, na Europa. A Sociedade está ativamente a monitorizar esta situação e, apesar da imprevisibilidade da mesma a esta data, consideramos que não impacta as demonstrações financeiras da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Por fim informamos todos os interessados que o Prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral encontram-se à disposição junto da sede da sociedade gestora ou nos balcões do depositário.

ANEXO I

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados						
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Obrigações diversas:						
AZULB 7 1/4 06/15/26	466.350	-	(5.510)	460.840	1.510	462.350
BANVOR 8 1/4 PERP	478.800	36.410	-	515.210	2.635	517.845
BEEFBZ 4 3/8 3/18/31	285.000	1.149	-	286.149	3.719	289.868
BTGPBZ 7 3/4 02/15/29	327.000	-	(11.073)	315.927	8.719	324.646
HIDRVS 4.95 02/08/31	379.140	-	(12.600)	366.540	7.810	374.350
ITAU 6 1/8 PERP	398.050	4.962	-	403.012	1.225	404.237
	<u>2.334.340</u>	<u>42.521</u>	<u>(29.183)</u>	<u>2.347.678</u>	<u>25.618</u>	<u>2.373.296</u>
Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE						
Obrigações diversas:						
LIGTBZ 4 3/8 6/18/26	400.340	1.108	-	401.448	583	402.031
PRIOBZ 6 1/8 6/09/26	303.747	-	(4.827)	298.920	1.072	299.992
UNIGE 8 3/4 10/01/26	588.475	-	(4.711)	583.765	11.898	595.662
	<u>1.292.562</u>	<u>1.108</u>	<u>(9.538)</u>	<u>1.284.133</u>	<u>13.553</u>	<u>1.297.685</u>
Acções:						
Banco Bradesco SA	359.972	-	(41.912)	318.060	-	318.060
BRF SA	237.142	8.258	-	245.400	-	245.400
Cosan SA	256.865	-	(21.815)	235.050	-	235.050
Eletrobras ADR	345.226	-	(10.276)	334.950	-	334.950
Gol Linhas Aereas In	363.374	-	(36.674)	326.700	-	326.700
	<u>1.562.579</u>	<u>8.258</u>	<u>(110.677)</u>	<u>1.460.160</u>	<u>-</u>	<u>1.460.160</u>
Outros valores mobiliários:						
IShares MSCI Brazil	432.057	-	(67.147)	364.910	-	364.910
Outros Mercados Regulamentados de Estados Não Membros UE						
Acções:						
Banco do Brasil SA	394.828	-	(54.928)	339.900	-	339.900
Outros Valores						
Valores mobiliários estrangeiros não cotados						
Obrigações diversas:						
BRSRBZ 5 3/8 1/28/31	399.680	-	(11.292)	388.388	9.078	397.466
MOVBZ 5 1/4 2/08/31	599.900	-	(41.978)	557.922	12.425	570.347
PRUPAR 7 1/2 12/31/31	504.484	-	(13.261)	491.223	-	491.223
STNE 3.95 06/16/28	168.700	7.694	-	176.394	307	176.701
	<u>1.672.764</u>	<u>7.694</u>	<u>(66.531)</u>	<u>1.613.927</u>	<u>21.810</u>	<u>1.635.737</u>
	<u>7.689.129</u>	<u>59.581</u>	<u>(338.003)</u>	<u>7.410.707</u>	<u>60.981</u>	<u>7.471.688</u>

ANEXO II

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em dólares dos Estados Unidos)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 19)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados						
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Obrigações diversas:						
ALLLBZ 5 7/8 01/18/25	418.700	31.770	-	450.470	11.236	461.706
BANBRA 6 1/4 10/29/49	838.063	66.850	-	904.913	11.458	916.371
BANVOR 8 1/4 PERP	854.800	105.896	-	960.696	4.744	965.440
BRASKM 7 3/8 PERP	303.300	4.806	-	308.106	5.285	313.391
BTGPBZ 5 1/2 01/31/23	486.200	51.365	-	537.565	11.458	549.023
BTGPBZ 7 3/4 02/15/29	125.188	11.409	-	136.596	3.633	140.229
CMIGBZ 9 1/4 12/05/24	721.960	67.289	-	789.249	4.368	793.617
CSANBZ 8 1/4 PERP	392.960	-	(2.005)	390.955	4.790	395.745
CSNABZ 7 PERP	516.400	227.938	-	744.338	1.021	745.358
GOLLBZ 7 01/31/25	584.480	138.648	-	723.128	23.333	746.461
JUSILO 7 3/4 07/26/24	661.475	26.570	-	688.045	21.549	709.594
MRFGBZ 7 05/14/26	690.840	52.148	-	742.988	6.082	749.071
	<u>6.594.365</u>	<u>784.689</u>	<u>(2.005)</u>	<u>7.377.049</u>	<u>108.958</u>	<u>7.486.007</u>
Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE						
Obrigações diversas:						
BEEFBZ 6 1/2 9/20/26	503.630	33.150	-	536.780	9.208	545.988
KLAB 7 04/03/49	696.905	136.226	-	833.131	10.996	844.127
UNIGE 8 3/4 10/01/26	253.175	17.795	-	270.970	5.408	276.378
	<u>1.453.710</u>	<u>187.171</u>	<u>-</u>	<u>1.640.881</u>	<u>25.612</u>	<u>1.666.493</u>
Acções:						
Gerdau SA	97.624	112.526	-	210.150	-	210.150
Banco Bradesco SA	261.006	122.975	-	383.980	-	383.980
Gol Linhas Aereas In	151.000	192.700	-	343.700	-	343.700
Cosan Ltd	189.514	68.506	-	258.020	-	258.020
Cia Siderurgica Nacional	34.220	114.530	-	148.750	-	148.750
BRF SA	378.678	41.322	-	420.000	-	420.000
	<u>1.112.041</u>	<u>652.559</u>	<u>-</u>	<u>1.764.600</u>	<u>-</u>	<u>1.764.600</u>
Outros valores mobiliários:						
IShares MSCI Brazil	1.613.588	536.472	-	2.150.060	-	2.150.060
Outros Mercados Regulamentados de Estados Não Membros UE						
Acções:						
Banco do Brasil SA	261.455	117.475	-	378.930	-	378.930
Outros Valores						
Valores mobiliários estrangeiros não cotados						
Obrigações diversas:						
PRUPAR 7 1/2 12/31/31	311.380	23.718	-	335.099	-	335.099
	<u>11.346.540</u>	<u>2.302.084</u>	<u>(2.005)</u>	<u>13.646.619</u>	<u>134.570</u>	<u>13.781.189</u>

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do EuroBIC Brasil – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o “OIC”) sob gestão da Heed Capital - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8 291 217 dólares americanos e um total de valor do OIC de 8 247 085 dólares americanos, incluindo um resultado líquido negativo de 422 636 dólares americanos), a Demonstração dos resultados, e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do EuroBIC Brasil – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela Heed Capital - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado no ponto 2.10 “Perspetivas para 2022” do Relatório de Gestão e na Nota 23 do Anexo às demonstrações financeiras, nesta data não é possível antecipar as consequências que a situação atual de conflito na Europa e as consequentes sanções económicas impostas, poderão vir a ter na economia a nível nacional e mundial, e por consequência não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta situação poderá ter na futura situação financeira do OIC. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram

consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 31 de dezembro de 2021, cerca de 89% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido na alínea d) da Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno ao nível do desenho e implementação do processo subjacente à valorização diária da carteira de títulos; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 22 de junho de 2020 para um mandato compreendido entre os anos de 2020 e 2021;
- O órgão de gestão da Entidade gestora do OIC confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 29 de abril de 2022;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, se aplicável durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, fomos contratados para prestar ao OIC o seguinte serviço permitido por lei e regulamentos em vigor.
 - Trabalho de revisão com vista à emissão de parecer independente sobre a conformidade do cálculo da Taxa de Encargos Correntes realizado pela Entidade Gestora com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 69º do Regulamento n.º 2/2015 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (repblicado pelo Regulamento da CMVM n.º3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020).

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, (repblicado pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2020, de 7 de julho, pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 72/2021, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 109-F/2021, de 9 de dezembro e pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro), devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação, e

- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2022



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564 e registado na
CMVM com nº 20160225)